

SILOGISMO E MARCAS LINGUÍSTICAS A SERVIÇO DA ARGUMENTAÇÃO NA PRÁTICA JURÍDICA¹

SYLLOGISM AND LINGUISTIC STRATEGIES USED FOR ARGUMENTATION IN LEGAL PRACTICE

Luciana Monteiro Krebs²
Rosalice Pinto³

Resumo: Este artigo visa, por um lado, a analisar algumas estratégias argumentativas presentes em uma *peça do procedimento sumaríssimo* denominada *termo circunstanciado* sob a perspectiva teórica da Linguística Textual e, por outro, a verificar o silogismo utilizado pelo autor em defesa da tese apresentada, utilizando conceitos da lógica formal. Para tal objetivo, descreve-se, primeiramente, o componente metatextual e, em seguida, identifica-se o *silogismo hipotético* que predomina no documento, com proposições implicitamente compostas, na forma exceptiva. Num terceiro momento, os elementos linguísticos são analisados. Foram identificados operadores argumentativos, operadores modais e também elementos lexicais que suportam a tese. Para concluir, pode-se pressupor que este estudo pode vir a mostrar que os modelos silogísticos e de alguns marcadores linguísticos para a caracterização de algumas estratégias argumentativas relevantes em algumas práticas sociais.

Palavras-chave: Silogismo, Argumentação, Prática jurídica.

Abstract: This article aims at analyzing, on the one hand, some argumentative strategies in a legal document called detailed term from the perspective of Textual Linguistics, and on the other, at identifying the syllogism used by the author in its argumentation in order to defend his thesis, using concepts from the Formal Logic. To attend this objective, firstly, the metatextual component is described. Secondly, the legal syllogism used by the author, known as hypothetical syllogism, with propositions, implicitly composed in the exceptive way, is identified. Thirdly, some argumentative operators, modal operators and lexical units are portrayed. All of these elements support the thesis. To summarize, this study in this legal document provides some evidence on the importance of syllogistic models and linguistic markers to characterize the argumentative strategies in some social practices.

Keywords: Syllogism, Argumentation, Legal practice.

Introdução

São três os campos jurídicos em que a argumentação está presente: o da *produção ou estabelecimento* das normas jurídicas (relativo ao preâmbulo pré-legislativo e também à

¹ Este artigo corresponde ao desenvolvimento do trabalho final da disciplina sobre *Argumentação Jurídica*, ministrada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, em dezembro de 2014, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosalice Pinto – que supervisionou a execução deste trabalho.

² Mestranda em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

³ Professora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

fase legislativa, propriamente dita); o da *aplicação* de normas jurídicas (diz respeito à solução de casos relativos aos problemas concernentes aos fatos ou ao Direito⁴, que podem vir a ser distintos); ou o da *dogmática jurídica*, em que se verificam argumentos jurídicos (ATIENZA, 2003). Face a esse contexto, este trabalho objetiva investigar de que forma a argumentação é construída em uma peça do *procedimento sumaríssimo* e, portanto, amparada dentro do segundo campo jurídico supra mencionado, o da *aplicação de normas jurídicas* aplicada à solução de casos concretos.

De forma a atender o objetivo proposto, far-se-á a análise de um *termo circunstanciado*, a partir do levantamento dos silogismos e de alguns elementos linguísticos utilizados na construção da argumentação utilizada para defender a tese do proponente. Vale ressaltar que, no discurso jurídico, os preceitos lógicos são de extrema importância para a construção da argumentação nos documentos legais. No entanto, parte-se da hipótese, aqui, de que a lógica formal, considerada de forma isolada, é insuficiente para explicar a complexidade argumentativa nessa prática social. Na verdade, estratégias discursivas e retóricas também apresentam grande relevância para sustentar determinada tese, como tentar-se-á provar com esta contribuição.

O presente trabalho está dividido em três partes: primeiramente, são trazidos os aportes conceituais que servirão de embasamento teórico para a análise do documento; em seguida, é apresentada a análise da peça processual em questão e, por fim, apresentam-se as considerações finais. As análises efetuadas, embora ainda preliminares, podem já atestar que o levantamento dos modelos silogísticos não são suficientes para a análise argumentativa de textos inseridos na prática jurídica. O levantamento dos marcadores linguístico-textuais (operadores modais, unidades lexicais, dentre outros) será também de extrema relevância para a construção argumentativo-persuasiva de documentos inseridos nesta prática social, interferindo de forma decisiva para que a tese defendida seja acatada nesta Instituição.

1 Aporte teórico

Situado o domínio no qual se desenvolve o trabalho, interessa aqui refletir acerca de conceitos basilares ao tema proposto: o de *argumentação* como expressão do raciocínio e, ainda, o de *argumentação* para a linguística textual, a partir da descrição de algumas estratégias argumentativas adotadas para defender uma tese jurídica.

⁴ Segundo Atienza (2002, p. 19), os problemas concernentes ao Direito podem ser considerados, em sentido amplo, como problemas de interpretação.

1.1 Os silogismos e a face racional da argumentação

O silogismo, segundo o clássico conceito desenvolvido pela retórica aristotélica, corresponde a uma forma de arrazoadado que envolve uma premissa maior, uma premissa menor e uma tese. Como já se sabe, através deste, é possível deduzir uma conclusão a partir de duas proposições declarativas conectadas entre si - (KRAUT, 2006).

Segundo Keller e Bastos (2003), existem diferentes formas derivadas de silogismo, que são casos argumentativos que diferem do modelo clássico em sua forma rigorosa e categórica. São estas: o *silogismo expositório*, o *silogismo informe*, o *entimema* ou *silogismo truncado*, o *epiquerema*, o *polissilogismo*, *sorites*, o *dilema* e *silogismo hipotético*. Essas formas serão apresentadas de forma breve, uma vez que o silogismo que interessa aqui é o silogismo *hipotético* que será atestado no documento analisado.

O *silogismo expositório*⁵ caracteriza-se não exatamente como um silogismo, mas como um esclarecimento ou exposição da ligação entre dois termos através de um termo médio singular. O *silogismo informe* possui uma estrutura diferente da estrutura formal rigorosa clássica, contudo apresenta uma linguagem mais ou menos lógica e técnica. Já o *entimema* ou *silogismo truncado* é um arrazoadado no qual uma das premissas é subentendida⁶. O *epiquerema*⁷ se caracteriza quando uma ou ambas as premissas são munidas de sua prova ou razão de ser. No *polissilogismo*, há múltiplos silogismos, de modo que a conclusão serve como premissa menor para o próximo e assim indefinidamente. *Sorites* é uma argumentação na qual o predicado da primeira torna-se sujeito da seguinte, e assim sucessivamente até a conclusão que une o predicado da última ao sujeito da primeira⁸. *Dilema*⁹ é um conjunto de proposições, sendo a primeira proposição uma disjunção tal que, tendo sido aceito qualquer um de seus membros na premissa menor, resulta sempre a mesma conclusão. Por fim, o *silogismo hipotético* pode vir a ser considerado oposto ao *silogismo categórico*. Vejamos agora com maior detalhamento esse tipo de silogismo, uma vez que este último está diretamente relacionado ao *hipotético*.

O *silogismo categórico* é assim denominado, porque possui proposições simples ou categóricas, que se caracterizam por apresentar um sujeito e um predicado unidos ou

⁵ Por exemplo: Aristóteles é discípulo de Platão. Ora, Aristóteles é filósofo. Logo, algum filósofo é discípulo de Platão. Nele não há argumentação propriamente dita, apenas se explicita a relação entre os termos, pois saber que Aristóteles é discípulo de Platão é saber que algum filósofo é discípulo de Platão.

⁶ Em *Deve ter chovido recentemente porque os peixes não mordem* está subentendida a premissa de que toda a vez que chove os peixes não mordem.

⁷ Exemplo: *O demente é irresponsável, porque não é livre. Ora, Pedro é demente, porque o exame médico revelou ser ele portador de paralisia geral progressiva. Logo, Pedro é irresponsável.*

⁸ “A Grécia é governada por Atenas. Atenas é governada por mim. Eu sou governado por minha mulher. Minha mulher é governada por meu filho, criança de 10 anos. Logo, a Grécia é governada por esta criança de 10 anos.” (Temístocles)

⁹ Exemplo de dilema: *Se dizes o que é justo, os homens te odiarão; se dizes o que é injusto, os deuses te odiarão; mas terás de dizer uma coisa ou outra; portanto, de qualquer modo, serás odiado.*

separados por cópula verbal. Já o *silogismo hipotético*, ao contrário, possui proposições compostas ou hipotéticas – duas ou mais proposições simples, anteriormente formuladas, unidas entre si não por uma cópula verbal, mas por ‘espécies de partículas’. Antes de tratar das variações do *silogismo hipotético*, é pertinente esclarecer ainda que as proposições *compostas* ou *hipotéticas* dividem-se em *claramente compostas* e *ocultamente compostas*. (KELLER; BASTOS, 2003)

Proposições hipotéticas claramente compostas ocorrem quando a composição entre duas ou mais proposições é indicada de forma clara pelas partículas “e” (copulativa); “ou” (disjuntiva) e “se” (condicional). Vejamos exemplos de cada uma delas:

- Copulativa: *A lua se move e a terra não se move.*
- Disjuntiva: *A sociedade tem um chefe ou tem desordem.*
- Condicional: *Se vinte é número ímpar, vinte não é divisível por dois.*

Já as **proposições hipotéticas ocultamente compostas** ocorrem quando a composição entre as proposições permanece subentendida pela partícula de ligação “salvo” (exceptiva), “enquanto” (reduplicativa) e “só” (exclusiva).

- Exceptiva: *Todos os corpos, salvo o éter, são ponderáveis.*
- Reduplicativa: *A arte, enquanto arte, é infalível.*
- Exclusiva: *Só a espécie humana é racional.*

Nesses três tipos de proposições ocultamente compostas, as partículas “salvo”, “enquanto” e “só” ocultam a composição de proposições e somente serão verdadeiras se todas as proposições forem verdadeiras. No caso da exceptiva, a partícula oculta a composição de três proposições, e no caso da reduplicativa e exclusiva, a partícula oculta a composição de duas proposições.

Ainda, segundo Keller e Bastos (2003), o *silogismo hipotético* apresenta três variações.

- **Condicional**, cuja partícula de ligação das proposições simples é “se”:
Se a água tiver a temperatura de 100°, a água ferve.
A temperatura da água é de 100°.
Logo, a água ferve.
- **Disjuntivo**, cuja partícula de ligação das proposições simples é “ou”:
Ou a sociedade tem um chefe, ou tem desordem.
Ora, a sociedade não tem um chefe.
Logo, a sociedade tem desordem.
- **Conjuntivo**, cuja partícula de ligação das proposições simples é “e”. Neste caso, apresentam-se duas proposições de mesmo sujeito que não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Afirmando qualquer um dos membros da premissa maior, nega-se o outro. Exemplo:
Ninguém pode ser, simultaneamente, mestre e discípulo.

Ora, Pedro é mestre.

Logo,...

Contudo, como pode se observar, a lógica formal tão-somente não parece ‘dar conta’ da construção argumentativa do texto. Algumas marcas linguísticas encontradas no texto corroboram para este objetivo.

1.2 O modo de proferir o discurso e a face persuasiva da argumentação

Na argumentação jurídica, são vários os autores¹⁰ que sinalizam as insuficiências da lógica formal para explicar a argumentação, especialmente no que concerne à prática jurídica. Atienza (2002) elenca alguns motivos de insatisfação quando se aplicam esses conceitos no campo do Direito, em relação aos argumentos que nesse plano se articulam. O primeiro deles advém do fato de que a lógica dedutiva só nos permite avaliar critérios de correção formais, não considerando ‘questões materiais ou de conteúdo, tão relevantes à argumentação em contextos que não os das ciências formais. Do ponto de vista lógico, é possível argumentar corretamente a partir de premissas falsas, assim como também é possível que, embora a conclusão e as premissas sejam verdadeiras, o argumento seja incorreto do ponto de vista lógico.

Outro possível motivo de insatisfação é a definição encontrada nos livros de lógica para argumento válido dedutivamente. Esta se refere a proposições (premissas e conclusões) que podem ser verdadeiras ou falsas. “Mas no Direito, na moral, etc. os argumentos que se articulam partem muitas vezes de, e chegam a, normas; isto é, empregam um tipo de enunciados em relação aos quais não parece que tenha sentido falar de verdade ou falsidade.” (ATIENZA, 2002, p. 35) Um mesmo sistema (de leis, por exemplo) pode apresentar normas que se contradizem, o que o torna pouco consistente do ponto de vista lógico devido à sua inconsistência, no entanto isso não é relevante no campo jurídico, em que, via de regra, na análise de um caso concreto como o que será analisado a seguir, a adequação às normas prevalece.

Assim, a argumentação no plano do Direito constitui um complexo ofício que pode articular diferentes matérias. “Em Aristóteles, por exemplo, o conteúdo racional do discurso (argumentação) esteve sempre relacionado à maneira como este discurso era proferido no intuito de persuadir (retórica)” - (PINTO, 2010, p. 32). O que se pode concluir, a partir da análise do documento, é que são vários os recursos usados para que a argumentação jurídica possa a ser descrita. Estes podem ir ‘além’ da lógica formal. Citam-se, como exemplo, operadores que atuam de forma implícita e que podem vir a estar colocados antes do argumento propriamente dito ou, ainda, estratégias linguísticas como unidades lexicais,

¹⁰ Refere-se aqui a Alexy (2001), Atienza (2002), Monteiro (2003), para citar alguns teóricos.

operadores modais e operadores argumentativos. Neste trabalho, busca-se analisar esses recursos, ponderando sua importância para o julgamento final relativo à resolução do caso inserido no documento. Para efetuar a análise, opta-se pelo aporte teórico da Linguística do Texto, amparada em subsídios teóricos desenvolvidos por Koch (2011).

2 Análise

Para o desenvolvimento do presente trabalho, será realizada a análise de uma peça jurídica em procedimento sumaríssimo, presente em um processo tramitado nos Juizados Especiais Criminais (JECRIM). Optou-se por essa peça, pois é o primeiro documento no processo em que a parte acusada, representada por um Procurador de Justiça, apresenta seus argumentos de defesa.

O documento analisado neste trabalho é o TERMO CIRCUNSTANCIADO – AUTOS Nº 5003853-64.XXXX.XXX.7112, datado de 19 de abril de 2012, e é parte do processo que correu na VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO DE CANOAS – RS.

A seguir, o documento é transcrito, ocultando-se os nomes de pessoas citadas e o número de registro do processo (por questões relativas ao segredo de Justiça).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CANOAS
VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL E CRIMINAL
ADJUNTO DE CANOAS – RS

TERMO CIRCUNSTANCIADO – AUTOS Nº 5003853-64.XXXX.XXX.7112

Senhor Juiz Federal:

Trata-se de ocorrência de suposta violação de comunicação por rádio, mediante instalação e utilização de rádio receptor, em veículo automotor pertencente a [ACUSADO], na frequência da polícia militar.

O acusado utilizou-se do seu direito constitucional ao silêncio.

Segundo informações prestadas pelo órgão federal de regulação e fiscalização da atividade (ANATEL), a conduta de radiocomunicações – quer realizada por radioamadores habilitados ou por qualquer cidadão – não fere o sigilo das comunicações, desde que realizadas sem gravações do conteúdo.

Do ponto de vista da incidência criminal, entendo que deve ser considerada, para que se conclua pela violação à norma incriminadora, a potencial existência de interferência prejudicial às telecomunicações, porquanto é indispensável a incidência do abalo a tal atividade relevante, como resultado da interferência do agente.

Analisando o disposto no artigo 183, *caput*, e o disposto no artigo 184, parágrafo único, da Lei 9.472/97, observa-se que aquele que desenvolve atividade de radiofrequência (bem público de recurso limitado administrado pela ANATEL) ou de exploração de satélite, sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço, incide formalmente em conduta tida como criminosa.

Contudo, o artigo 159 da referida lei traz a possibilidade do emprego do espectro, desde que sejam evitadas interferências prejudiciais, que conceitua, em seu parágrafo único, como: “qualquer emissão, irradiação ou indução que obstrua, degrade seriamente ou interrompa repetidamente a telecomunicação”.

A mera utilização de uma radiofrequência, sem prévia autorização, por si só, não é apta a gerar a incidência do disposto no artigo 183 da Lei 9.472/97; há necessidade de que tal utilização venha a produzir uma interferência prejudicial no espectro de radiofrequência, gerando, assim, no espaço público, potencial lesão ou ameaça concreta ao bem jurídico objeto de proteção pela norma, neste caso o sistema de telecomunicações.

Dessa forma, considerando a baixa lesividade do aparelho – que, conforme colhido na apuração, era utilizado exclusivamente para recepção das frequências – bem como as informações trazidas pela ANATEL, requer o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL o arquivamento do presente feito, em virtude da atipicidade da conduta aqui tratada.

Canoas, 19 de Abril de 2012.

~~~~~

www.prrs.mpf.gov.br – Canoas: (51) 3463.9959

Documento eletrônico assinado digitalmente por [AUTOR], Procurador(a) da República, em 19/04/2012 às 15h52min.

Este documento é certificado conforme a MP 2200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

---

Identificado e transcrito o documento utilizado como *exemplar de análise* neste trabalho, parte-se agora para sua descrição e análise.

## 2.1 Componente metatextual

O documento analisado neste trabalho é o TERMO CIRCUNSTANCIADO – AUTOS Nº 5003853-64.2012.404.7112, datado de 19 de abril de 2012, e é parte do processo que correu na VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO DE CANOAS – RS.

O termo circunstanciado é uma espécie de boletim de ocorrência de algum fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo (cuja pena máxima pode ser de até dois anos de prisão ou multa), lavrado por autoridade policial.

Como gênero textual jurídico, o *termo circunstanciado* caracteriza-se por ser uma peça informativa para o Juizado Especial Criminal. Constitui uma fase do procedimento sumaríssimo e é composto pelo relato dos fatos e a qualificação dos envolvidos.<sup>11</sup> (BRASIL, 1995)

## 2.2 Silogismo jurídico

Passa-se à análise dos argumentos conforme a apresentação no texto. O primeiro argumento trazido pelo procurador não é de natureza legislativa, mas trata-se de uma norma (não citada formalmente, mas depreendida através do relato de informações cedido pelo órgão competente, a ANATEL):

Segundo informações prestadas pelo órgão federal de regulação e fiscalização da atividade (ANATEL), a conduta de radiocomunicações – quer realizada por radioamadores habilitados ou por qualquer cidadão – não fere o sigilo das comunicações, desde que realizadas sem gravações do conteúdo.

Nesse parágrafo, fica descaracterizado dolo às telecomunicações, já que o acusado estava apenas transmitindo (e não gravando) a rádio na frequência da polícia militar.

Para tratar a hipótese de acusação mais grave (de crime), a seguir, o relato traz, em um de seus arrazoados, um argumento normativo disposto nos artigos 183 e 184 da Lei 9.472/97, que diz que todo “*aquele que desenvolve atividade de radiofrequência ou de exploração de satélite sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço, incide formalmente em conduta tida como criminoso*”.

Seguindo a argumentação, contrapondo o disposto no segundo argumento, é apresentada outra informação, também baseada na norma (desta vez, no artigo 159 da mesma lei):

---

<sup>11</sup> Conforme o artigo da lei Art. 69, da Lei Federal n.º 9.099/95: “A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará **TERMO CIRCUNSTANCIADO** e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários”.



Contudo, o artigo 159 da referida lei traz a possibilidade do emprego do espectro, desde que sejam evitadas interferências prejudiciais, que conceitua, em seu parágrafo único, como: ‘qualquer emissão, irradiação ou indução que obstrua, degrade seriamente ou interrompa repetidamente a telecomunicação’.

O encadeamento desses argumentos propõe a descriminalização para abrandamento ou mesmo anulação da pena cabível pela transgressão. Por fim, o autor do Termo Circunstanciado (Procurador da República que redige e assina o documento) sugere o arquivamento do processo em decorrência da atipicidade da conduta e baixo prejuízo decorrente:

Dessa forma, considerando a baixa lesividade do aparelho – que, conforme colhido na apuração, era utilizado exclusivamente para recepção das frequências – bem como as informações trazidas pela ANATEL, requer o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL o arquivamento do presente feito, em virtude da atipicidade da conduta aqui tratada.

Para identificar o silogismo presente no documento, observam-se, agora, as proposições depreendidas no documento na ordem em que se apresentam:

- 1) Documento trata da acusação de suposta violação de comunicação por rádio receptor na frequência da polícia militar.
- 2) Acusado usou direito de manter-se calado.
- 3) A conduta de radiocomunicações não fere o sigilo das comunicações se realizadas sem gravação (ANATEL).
- 4) Para incidência criminal, deve existir interferência prejudicial às telecomunicações.
- 5) Incide formalmente em conduta criminosa aquele que desenvolve atividade de radiofrequência sem permissão (LEI).
- 6) Porém, se evitadas interferências prejudiciais, há possibilidade do emprego do espectro (LEI).
- 7) Somente utilizar (sem interferir) na radiofrequência não pode gerar incidência criminal.
- 8) Dados os fatos, MPF pede arquivamento do processo.

A estratégia argumentativa tem início já no ordenamento das proposições. A legislação acusativa aparece somente no quinto parágrafo do documento, sendo precedida pelas indicações que inocentam o acusado relativamente a informações concedidas pela ANATEL. O argumento apresentado no item 3 (a conduta de radiocomunicações não fere o sigilo das comunicações se realizadas sem gravação) evolui para o 4º parágrafo na

afirmativa de que a incidência criminal só ocorre quando existir interferência prejudicial às telecomunicações. Este posicionamento é repetido no sétimo parágrafo (somente utilizar – sem interferir – na radiofrequência não pode gerar incidência criminal), reforçando o posicionamento de improcedência da acusação.

Este é o argumento central do documento, que está embasado legalmente nos parágrafos 5 e 6, com destaque para o sexto, que apresenta a exceção à regra. Assim, o argumento central do documento pode ser expresso da seguinte maneira: Incide formalmente em conduta criminosa aquele que desenvolve atividade de radiofrequência sem permissão. **Porém, se evitadas interferências prejudiciais**, há possibilidade do emprego do espectro.

Pode-se reconhecer no documento que a argumentação apresentada corresponde a um *silogismo hipotético*, com proposições *ocultamente compostas*, na *forma exceptiva*. Como já foi visto na seção 2, ao contrário do *silogismo categórico*, que contém proposições simples ou categóricas, o *silogismo hipotético* apresenta proposições compostas ou hipotéticas – duas ou mais proposições simples, anteriormente formuladas, unidas entre si não por uma cópula verbal, mas por partículas. As proposições compostas dividem-se em claramente compostas e ocultamente compostas. Nas primeiras, a composição entre duas ou mais proposições é claramente indicada pelas partículas “e”, “ou”, “se”. Já nas *ocultamente compostas*, a composição entre duas ou mais proposições permanece subentendida pela partícula de ligação: “salvo”, “enquanto”, “só”. O tipo ocultamente composto, por sua vez, divide-se em exceptivo, reduplicativo, exclusivo e condicional. (BASTOS & KELLER, 2003)

Na proposição “Todos os que desenvolverem atividade de radiofrequência sem permissão, **salvo** aqueles que não causarem interferência prejudicial, cometem crime” tem-se o *silogismo hipotético de proposições ocultamente compostas na forma exceptiva*. Na forma exceptiva, a composição entre duas ou mais proposições está subentendida pela partícula de ligação, neste caso a partícula “salvo”. A partícula “salvo” oculta a composição de três proposições e será verdadeira se as três proposições forem verdadeiras. No exemplo analisado, as três proposições componentes são: É crime utilizar radiofrequência sem permissão. Aquele que causa interferência prejudicial na transmissão está utilizando radiofrequência sem permissão. Utilizar radiofrequência sem prejudicar a transmissão é lícito.

Essas três proposições, apesar de verdadeiras, são conflitantes do ponto de vista lógico-dedutivo, e é por isso que a partícula “salvo” precisa ser utilizada, pois posiciona corretamente a exceção. Esses argumentos, encadeados em uma sequência lógica, conduzem à tese de que a conduta do acusado não pode ser considerada criminosa e sequer fere o sigilo das comunicações, já que o ato só constituiria crime se a transmissão fosse gravada ou prejudicasse a transmissão da frequência da polícia militar. Em outras palavras, a legislação admite o uso de radiofrequência sem permissão expressa se esta não causar

interferência prejudicial na transmissão, portanto os que desenvolvem atividade de radiofrequência sem causar interferência não cometem crime. Dessa forma, como não causou dano relevante à telecomunicação, o acusado não foi considerado culpado de atividade criminosa e o processo foi arquivado conforme sugerido no termo circunstanciado.

## 2.3 Elementos linguísticos

Para Ducrot, Anscombre e Vogt (*apud* KOCH, 2011), o uso da linguagem é inerentemente argumentativo, não sendo a argumentatividade algo apenas acrescentado ao uso linguístico. Koch (2011, p. 101) acrescenta ainda que “[...] existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros”. Partindo dessa afirmação, analisam-se algumas estratégias argumentativas presentes no texto, sobre as quais discorreremos a seguir.

### 2.3.1 Operadores argumentativos

Segundo Koch (2011, p. 101) “dentro de uma **pragmática integrada** à descrição linguística, introduz-se uma **retórica integrada** que se manifesta por meio de uma relação de tipo bem preciso entre enunciados: a de **ser argumento para**”. A conjunção adversativa “contudo”, na gramática tradicional, é considerada como elemento meramente relacional, um conectivo. No contexto pragmático, entende-se que a palavra atua como um operador argumentativo ou discursivo entre a primeira ideia apresentada e a ideia contrária demonstrada em seguida. Nessa estratégia argumentativa, temos **A, contudo B**, orientando o leitor de duas maneiras: primeiro, para a oposição proposicional entre os argumentos, e segundo, para a predileção em relação ao segundo argumento.

O contrário (foco no primeiro argumento) dar-se-ia com o uso de “embora” no início da primeira ideia, expresso por **embora B, A**. De acordo com Koch, o foco está no primeiro argumento porque é apresentado antes, o autor chamando atenção para o caso exceptivo, mesmo que o segundo argumento é o que deva prevalecer proposicionalmente falando. Esta configuração indicaria também a existência de dois argumentos proposicionalmente opostos (antecipada pelo “embora”), mas em que o primeiro argumento não é o que deverá prevalecer, “já que embora sempre nega argumentativamente o enunciado em que aparece” (KOCH, 2011, p. 153). Já na estratégia **A mas B** nada previne o alocutário que se pretende apresentar, por meio de **B**, um argumento mais forte do que aquele introduzido por **A** em favor de uma conclusão **r**, sendo então o alocutário surpreendido quando isso acontece.

Vejamos o que se apresenta no sexto parágrafo do documento desta análise (grifo nosso):

Analizando o disposto no artigo 183, caput, e o disposto no artigo 184, parágrafo único, da Lei 9.472/97, observa-se que aquele que desenvolve atividade de radiofrequência (bem público de recurso limitado administrado pela ANATEL) ou de exploração de satélite, sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço, incide formalmente em conduta tida como criminosa.

**Contudo**, o artigo 159 da referida lei traz a possibilidade do emprego do espectro, desde que sejam evitadas interferências prejudiciais, que conceitua, em seu parágrafo único, como: “qualquer emissão, irradiação ou indução que obstrua, degrade seriamente ou interrompa repetidamente a telecomunicação”.

Como foi exposto anteriormente, o uso do operador argumentativo **contudo** não apenas refuta o argumento anterior como orienta o alocutário de que o argumento que vem a seguir é o que deverá prevalecer. Esta é uma estratégia argumentativa bastante eficaz e, por isso, muito utilizada no discurso jurídico (essencialmente em defesa ou acusação de uma tese). A ressalva legal, nesse caso, é o que demarca diferença entre a condenação ou não ao condenação acusado.

### 2.3.2 Operadores modais

A escolha do léxico é muito importante para compor a argumentação e convencer o interlocutor a adotar o ponto de vista do locutor. O locutor manifesta, ao produzir um discurso, suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz, e o faz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização (operadores modais), que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece. Consideram-se modalizadores, dentro de uma teoria que leva em conta a enunciação, “todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso”. (KOCH, 2011, p. 133). Entre os modalizadores há certas expressões da língua que se apresentam sob forma oracional (do ponto de vista sintático), como é o caso de “[entendo que] deve ser considerada...” Observe-se o 4º parágrafo:

Do ponto de vista da incidência criminal, **entendo** que **deve** ser considerada, para que se conclua pela violação à norma incriminadora, a potencial existência de interferência prejudicial às telecomunicações, porquanto é **indispensável** a incidência do abalo a tal atividade relevante, como resultado da interferência do agente.

Nesse excerto, identifica-se a forma verbal perifrástica **deve ser considerada**. O verbo auxiliar **deve** expressa a modalidade deôntica que situa o discurso no campo da necessidade, da certeza e do imperativo, caracterizando-o como autoritário. O locutor engaja-se ao máximo na intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis, o que é reforçado pelo adjetivo **indispensável** logo a seguir.

Já não é o caso de **entender**, verbo de atitude proposicional que também serve de lexicalização de modalidade, mas diferentemente de um discurso autoritário no campo da necessidade (onde se poderia usar “tenho certeza de que”, “indubitavelmente”, “indiscutivelmente”, “é certo que”, “é evidente que”, entre outras), o locutor adota aqui um posicionamento modalizado, situando o discurso no campo da indeterminação, do livre arbítrio, da liberdade. Nesse caso, “o locutor não impõe (ou finge não impor) a sua opinião, ainda que se trate de mera manobra discursiva, deixando (ou fingindo deixar), assim, ao alocutário a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados, de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido” (KOCH, 2011, p. 85). Aqui o locutor não se engaja totalmente no conteúdo proposicional veiculado, admitindo, assim, uma possível contestação por parte do interlocutor.

A lexicalização de um verbo de indeterminação, seguido por um verbo autoritário, pode ser compreendida como uma estratégia argumentativa de amenização do segundo, tendo em vista que esse documento está sendo encaminhado para uma autoridade julgadora, a quem cabe, de fato e por direito, a decisão de arquivar ou não o caso. Atenuar o discurso autoritário é uma maneira de dar (ou fingir dar) autoridade para o interlocutor sobre o julgamento do que é dito.

O discurso imperativo manifesta-se novamente no verbo **requerer**, no último parágrafo do texto: “*Dessa forma, considerando a baixa lesividade do aparelho [...], **requer** o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL o arquivamento do presente feito, em virtude da atipicidade da conduta aqui tratada*”. Esse parágrafo, já no final do documento, dá um ar conclusivo, definitivo, diferente do que aparece no quarto parágrafo. Aqui também se manifesta autoridade e certeza, diminuindo o espaço de decisão do interlocutor, levando a crer que uma contestação não seria aceitável.

Verifica-se, assim, que as expressões modalizadoras constituem um modo de significar diferente daquele sob o qual é veiculado o conteúdo proposicional. Como o nome já o indica, estas caracterizam o modo sob o qual o conteúdo proposicional é apresentado ao interlocutor.

Enquanto este [conteúdo proposicional] contém a informação propriamente dita, **aquilo que é dito**, as expressões aqui analisadas indicam **o modo como aquilo que se diz é dito**, pertencendo, pois ao universo da **mostração**, da **representação** (no sentido teatral do termo) e não ao universo de referência. (KOCH, 2011, p. 136) – grifo nosso

Essa estratégia realiza-se através da modalização do texto, permitindo ao locutor fornecer ‘pistas’ quanto às suas intenções e deixar claros os tipos de atos que deseja realizar.

### 2.3.3 Seleção lexical

O termo circunstanciado em análise começa com uma frase de ambientação para a autoridade julgadora da ação, relatando de que se trata a ocorrência. Nesse enunciado, encontra-se uma palavra que já demonstra certo posicionamento em relação ao fato, em evidência no trecho a seguir replicado (1º parágrafo): *“Trata-se de ocorrência de **suposta** violação de comunicação por rádio, mediante instalação e utilização de rádio receptor, em veículo automotor pertencente a [NOME DA PARTE], na frequência da polícia militar”*.

A palavra **suposta** coloca em suspeição, ou seja, denota dúvida quanto à veracidade do que se segue: violação de comunicação por rádio. Modaliza assim o discurso no sentido de colocar ao nível da “suposição” – quase irrealidade – a acusação feita embora, no decorrer do termo, evidencie-se que, de fato, a transgressão ocorreu (em nenhum momento foi negada), sendo questionado apenas o alcance dessa violação, ou seja, os danos potenciais envolvidos à telecomunicação, conforme já visto no item 3.2.

Outro elemento utilizado para minimizar o efeito do ato praticado pelo acusado é a palavra **mera**, destacada no trecho a seguir: *“A **mera** utilização de uma radiofrequência, sem prévia autorização, por si só, não é apta a gerar a incidência do disposto no artigo 183 da Lei 9.472/97 [...]”*.

Qualifica-se como “mero” aquilo que é simples, comum, corriqueiro, ou seja, sem importância. A utilização do qualificador diminui a importância do fato e fragiliza, assim, uma possível argumentação a favor da culpabilidade do acusado. A tese apresentada pelo autor é reforçada pela utilização desse qualificador, uma marca argumentativa implícita no texto.

Em ambos os casos, temos um procedimento retórico que implicitamente denota maior fragilidade à tese de acusação e, conseqüentemente, fortalece e denota solidez à própria tese no sentido oposto, defendida pelo autor desse termo circunstanciado, em defesa do acusado. A escolha desses termos tendenciosos tem por objetivo específico orientar o interlocutor a aderir à tese do locutor.

### Considerações finais

O trabalho teve como objetivo descrever um termo circunstanciado, apontar tanto o silogismo presente, quanto alguns elementos linguísticos que conduzem o leitor à tese defendida.

O documento descrito foi um termo circunstanciado, peça informativa do procedimento sumaríssimo, que apresentou uma argumentação baseada no silogismo hipotético, com proposições ocultamente compostas, na forma exceptiva. Como recursos linguísticos, foram utilizados operadores argumentativos, operadores modais e escolhas lexicais ao se referir à transgressão praticada pelo acusado em favor da tese de defesa.

Em relação aos operadores argumentativos, identificou-se a estratégia argumentativa “A, contudo B”, que orienta o leitor para a oposição proposicional entre os argumentos e também para a predileção em relação ao segundo argumento.

O autor também utiliza os operadores modais para apresentar um discurso imperativo, que transparece nas formas verbais dever (de modalidade deôntica) e requerer. Já o uso do verbo de atitude proposicional (entender) modaliza o discurso ‘mais incisivo’, trazendo-o para o campo da indeterminação e do livre arbítrio, amenizando o discurso imperativo frente ao interlocutor.

Já as escolhas lexicais do autor direcionam o leitor para a tese defendida, com o uso das palavras “suposta” e “mera”, quando se refere ao fato acusado, diminuindo o foco do acontecido para direcioná-lo à ressalva legal que o documento apresenta.

Conclui-se que a argumentação é construída tanto por ‘modelos silogísticos’, quanto por estratégias linguístico-textuais. Na verdade, os recursos argumentativos estão presentes e são intrínsecos à linguagem, podendo ser usados em favor de uma tese ou contra ela. A consciência dessas marcas discursivas pode auxiliar o interlocutor a perceber o percurso que o locutor pretende trilhar com sua argumentação e mesmo ‘estar alerta’ para se distanciar de possíveis manipulações e manobras discursivas produzidas pelo autor com o objetivo de conduzir a determinada interpretação.

## Referências

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*. São Paulo : Landy, 2001. 355 p.

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito* : teorias da argumentação jurídica. 3. ed. São Paulo : Landy, 2003. 238 p.

BASTOS, Cleverson L; KELLER, Vicente. *Aprendendo Lógica*. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

BRASIL. *Lei Federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF, 26 set. 1995. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm) > Acesso em 02 jan. 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 240 p.

KRAUT, Richard. *Aristóteles e a ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2006. 351 p.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Teoria da argumentação jurídica e nova retórica*. 3. ed.rev. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006. 208 p.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir**: práticas jornalística, jurídica, política. Lisboa: Quid Juris, 2010, 512p.